

**ATA DE REUNIÃO**

**Data:** 10.09.2021

**Local:** reunião online

**Presenças:** Juiz **Adriano Santos Wilhelms**;  
Juíza **Raquel Hochmann de Freitas**  
Juíza **Adriana Moura Fontoura - Coordenadora**;  
Juíza **Mariana Piccoli Lerina**;  
Servidor **Fábio Delapieve Bressan**;  
Servidor **Fulvio Berwanger Amador**;  
Servidor **João Carlos Giroto**;  
Servidora **Paula Beatriz de Oliveira Mottin**;  
Servidor **Alexandre Guimarães Pereira**.

**Convidados:** Servidora **Alessandra Pereira de Andrade**, pelo Sintrajufe.

**Secretário:** Alexandre Guimaraes Pereira

**Horário:** 14h00min - 17h17min

**Pauta:**

- 1) **Propostas de cursos para a Escola Judicial;**
- 2) **Requerimento à administração para que aprecie a proposta enviada pelo grupo de trabalho a respeito da regulamentação da gravação de audiências;**
- 3) **Inclusão de membro deste comitê no grupo de trabalho criado pelo tribunal para estudos de implantação da Resolução 296/21 do CSJT;**
- 4) **Proposta de formação de estrutura de intérprete de libras no âmbito do Tribunal.**

---

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 14h horas, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Coordenadora do Comitê, Juíza Adriana Moura

Fontoura, conforme registro que segue: Juíza Adriana iniciou a reunião tratando do **item 1 da pauta - Propostas de cursos para a Escola Judicial**: Paula, Fábio e Fúlvio preparam uma lista de cursos que será compilada para apresentação de propostas na próxima reunião. **Item 2 da pauta - Requerimento à administração para que aprecie a proposta enviada pelo grupo de trabalho a respeito da regulamentação da gravação de audiências**: O Juiz Auxiliar da Presidência e o servidor Alexandre Guimarães Pereira integrantes do GT que trata do tema esclarecem ao Comitê que o normativo está pronto e está em análise da Administração para eventual publicação. O Comitê vota por encaminhar à Administração pedido de apreciação da proposta de minuta de Portaria Conjunta feita pelo GT, que consta no PROAD 355/21, considerando as decisões recentes nos Pedidos de Providência, tanto no CSJT 0000149-43.2021.2.00.0500 quanto no CNJ 0006358-73.2021.2.00.0000. **Item 3 da pauta - Inclusão de membro deste comitê no grupo de trabalho criado pelo tribunal para estudos de implantação da Resolução 296/21 do CSJT**: Foi deferida pela presidência a inclusão da Juíza Mariana Lerina, como representante deste comitê, no grupo de trabalho criado pela administração. Os Juízes Adriano e Mariana fizeram breve relato da primeira reunião do grupo de trabalho. O grupo tem prazo até 25/09 para apresentar plano de trabalho. A implantação da Resolução está prevista para até dezembro de 2022. **item 4 da pauta - Proposta de formação de estrutura de intérprete de libras no âmbito do Tribunal**: Adriano fez um breve relato e sugeriu a formação de convênio. Alessandra sugeriu convênio por meio do Termo de Cooperação Técnica. Foi referido que o Tribunal tem ou já teve convênio com o FENEIS para outra finalidade e que poderíamos verificar a possibilidade de convênio específico. **Diante da resposta do PROAD 2462/20, em que o TJ-RS informou não mais possuir servidor estenotipistas, somente taquígrafos, para fins de realização de convênio para intérprete de libras, o Comitê sugere, para cumprimento da Resolução CNJ nº 401/21, que seja averiguada a possibilidade de convênio com instituições que entender convenientes, para a realização de cadastro como peritos/intérpretes da língua brasileira de sinais, observados os requisitos da Lei 12.319/10.** A coordenadora passou para os assuntos gerais, não incluídos previamente em pauta: 1) Fábio sugere discussão sobre as dificuldades de cumprir a carga horária de curso gerencial pelos gestores durante o biênio 2020/2021. (Res CSJT 159/15). O relato é de cobrança referente a carga horária de anos anteriores de forma cumulada. Será feito pelos diretores um levantamento da situação dos gestores e dos prazos de cobrança para eventual encaminhamento. 2) Tratou-se do PROAD 2.810/2021 que indefere a demanda de

implementação do sistema de escala eletrônica mensal de convocação de Juízes substitutos e Juízas substitutas. Considerando a previsão de implementação do SIGEP, projetada para setembro de 2021, remete o assunto para a próxima reunião do Comitê. **Próxima reunião ordinária agendada para 15 de outubro de 2021, às 14 horas.** Ata redigida pelo servidor Alexandre Guimarães Pereira, integrante do comitê e validada por todos os presentes no ato de sua elaboração.